

João Roberto G. de Souza

OAB-MG 33132 - CPF 655171998 - 87  
E-mail: jroberto@barbacena.com.br

Euclydes Sousa Neto

OAB-MG 38410 - CPF 209252126-87  
E-mail: euclydes@barbacena.com.br

Advogados

## À CAMARA DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Auto de infração 259/96



### NOGUEIRA RIVELLI IRMÃOS LTDA,

firma sita à Rodovia BR-040, Km 700, na cidade de Barbacena - MG, CEP 36.200-000, CNPJ n.º 21.005.582/0001-79, na pessoa de seu sócio Sr. **Carlos Fábio Nogueira Rivelli**, brasileiro, casado, comerciante, CPF n.º 529.873.376-04, residente e domiciliado na Rua Cônego Mário Quintão, 122/104, bairro Boa Morte, Barbacena - MG, CEP 36201.022, vem mui respeitosamente, por seu procurador abaixo assinado, conforme instrumento procuratório acostado, ofertar seu pedido de reconsideração, pelos motivos abaixo mencionados.

Inicialmente, a empresa em questão já não mais existe, tendo sido extinta, inclusive com cancelamento do CNPJ.

Desta forma, a questão, *data maxima venia*, poderia ser considerada com encerrada, uma vez que, mesmo não tendo praticado o ato que lhe foi imputado, da forma como foi narrado no AI, o encerramento de suas atividades faz com tenha perdido o objeto e que, *ad argumentandum tantum*, a hipótese de procedimento poluidor já desapareceu.

Permite-se tal argumento na medida em que, além de não terem os fatos ocorridos na forma narrada, estar-se-ia, com a manutenção da pena, gerando um agravamento financeiro para uma empresa já desativada.

Quanto ao mérito em si, importa novamente salientar que a requerente estava naquelas instalações na condição de concessionária, utilizando-se de equipamentos lá já pré existentes e que foram adquiridos e instalados pelo Poder Concedente, no caso a Prefeitura Municipal de Barbacena.

Ora, tal situação impunha, compulsoriamente, a crença na perfeita regularidade de todas as máquinas e documentos, não sendo crível àquela época, que a ora requerente viesse a questionar a irregularidade documental da Prefeitura.



João Roberto G. de Souza

OAB-MG 33132 - CPF 655171998 - 87  
E-mail: jroberto@barbacena.com.br

Euclydes Sousa Neto

OAB-MG 38410 - CPF 209252126-8  
E-mail: euclydes@barbacena.com.br



Advogados

O tipo de contrato realizado quando da concessão do espaço e equipamentos, por outro lado, também gerou para a suplicante impedimentos para algumas atuações de ordem ambiental, na medida em que a condição de cessionária criava algumas limitações de atuação.

Outro aspecto que merece profunda observação é que a fiscalização foi realizada na **Usina de Reciclagem de Lixo – Prefeitura de Barbacena**, podendo ser constatado do auto de fiscalização que o relatório daquele documento, enfatiza as irregularidades daquela usina.

Relativamente à questão poluidora ambiental, no caso o mau cheiro, é ele indicado como fruto do resultado da autoclave.

No entanto, no mesmo auto de fiscalização é afirmado que “o gás gerado no processo de compostagem natural não é queimado nem canalizado” (ipsis literis), permitindo essa assertiva, portanto, que não se possa concluir, com certeza, de onde originava-se o odor poluidor: da autoclave ou do gás.

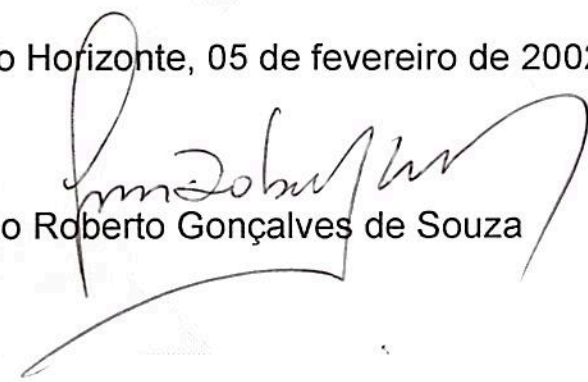
Esta situação permite, portanto, que tenhamos a geração de dúvida e esta deverá ser, ou apurada pericialmente, ou interpretada em favor do “réu”.

Assim sendo, torna-se imperativo que seja analisado com cautela o auto de fiscalização, constatando-se que ele foi feito na Usina da Prefeitura e não na empresa requerente, devendo ficar patenteado que a assinatura deu-se inclusive pelo coordenador da usina.

Em momento algum, a requerente foi efetivamente fiscalizada. Houve seu envolvimento no processo, quando da fiscalização da usina de lixo da Prefeitura de Barbacena e, salvo melhor juízo, para que se apenasse a suplicante, imperioso seria que tivesse ela sido autuada, após específica e individualizada fiscalização.

Diante de todo o exposto, requer desta Câmara que se reconsidere a punição imposta, desconsiderando a aplicação da multa.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2002

  
João Roberto Gonçalves de Souza